



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE VIOLÊNCIA
OBSTÉTRICA E MORTE MATERNA**

**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023
(Da Sra. Deputada Soraya Santos)**

Requer a realização de audiência pública com Secretários de Estado de Saúde.

Senhora Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com os Secretários de Estado de Saúde, em especial o Secretário de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, Doutor Luizinho e a Secretária de Estado de Saúde de Santa Catarina, Sra. Carmen Zanotto, a fim de debater sobre dados de violência obstétrica pela perspectiva das regiões e medidas efetivas para a contenção do aumento dos casos de violência obstétrica e morte materna.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Comissão Especial foi reinstalada para identificar boas práticas no combate à violência obstétrica, debater e propor políticas públicas sobre o tema, acompanhar o aumento de denúncias e a alta taxa de morte materna no Brasil, bem como conceituar a violência obstétrica e seus efeitos na preservação dos direitos das mulheres.

O aumento da violência obstétrica no Brasil é um fator alarmante, que deve trazer preocupação a todos os cidadãos. Tal prática tem definição aceita pela OMS e pela FIGO (Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia) como aquela que se dá contra a mulher durante no pré-natal, no parto ou no pós-parto, em um atendimento mal



feito; falta de políticas públicas; procedimentos desnecessários e manobras proibidas, como a de Kristeller (pressão feita na parte superior do útero, espremendo a barriga da paciente – como uma uva – para acelerar a saída do bebê, prática proibida pela ONU - Organização Mundial da Saúde); exame de toque de forma dolorosa; negativa de oferecimento de algum tipo de atendimento ou alívio para dor; bem como gritos, xingamentos ou insultos durante o parto. Essas práticas podem manifestar-se em diferente grau e forma, não ficando refém apenas de médicos obstétricos, como o nome sinaliza.

O estudo “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, feito pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC, em 2010, a violência obstétrica se efetivou para 1 em cada 4 mulheres no Brasil. Importante ressaltar ainda que a maioria das mulheres relataram ter feito acompanhamento na rede pública, o que fortalece mais ainda a importância de se entender quais fatores estão levando à perpetração de tal violência. Outro fator a que se deve estar atento é o índice de mortalidade materna.

Assim, contamos com o apoio dos nobres deputados e deputadas para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 2023.

Deputada Soraya Santos

PL/RJ

